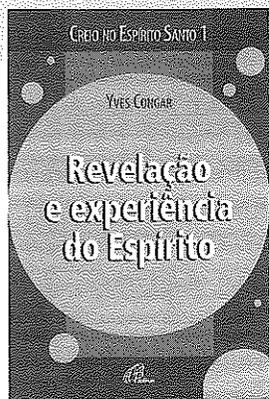


COLEÇÃO CREIO NO ESPÍRITO SANTO



Na passagem do centenário de nascimento do cardeal Yves Congar, um dos teólogos mais importantes do século passado, Paulinas Editora presta-lhe uma homenagem especial com a publicação da coleção *Creio no Espírito Santo*. Compõe-se de uma das principais obras do autor e mantém o formato concebido inicialmente por ele, em três volumes.

O primeiro volume traz a experiência do Espírito Santo na Escritura e na história do cristianismo, da Igreja antiga ao Vaticano II, trata-se de um texto essencialmente histórico e densamente documentado. No segundo volume, cardeal Congar apresenta, do ponto de vista teológico, a ação do Espírito na Igreja e em nossas vidas pessoais. Enfim, no terceiro e último volume, retoma, ao mesmo tempo, a história e a reflexão teológica, para interrogar o mistério do Deus-Trindade na sua vida íntima e em sua obra de regeneração mediante os sacramentos.

Essa síntese histórica e teológica é fruto de uma vida excepcional a serviço da Igreja, marcada pelo conhecimento íntimo e amplo das grandes fontes da fé, em particular da Escritura, dos Padres e da história cristã.



A COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

Telemarketing

0800 - 7010081

www.paulinas.org.br

Acesse também "Ciberteologia",
nossa Revista Eletrônica de Teologia & Cultura:
www.ciberteologia.org.br.

ECLESIOLOGIA DE COMUNHÃO: MISTÉRIO E POVO DE DEUS A eclesiologia do Concílio Vaticano II

Prof. Dr. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves¹

RESUMO

O objetivo deste texto é teorizar sobre a eclesiologia de comunhão presente no Concílio Vaticano II e sua realização como Igreja dos pobres na perspectiva teológica da libertação. Justifica-se esse objetivo pelo fato desse modelo de Igreja, propiciar maior participação nas decisões eclesiais, maior incidência da Igreja na sociedade e maior compromisso cristão com o Reino de Deus que irrompe na história.

Palavras-Chave: Concílio, Vaticano, Igreja.

ABSTRACT

The purpose of this text is to theorize about the actual ecclesiology of communion in the Vatican II Council, and its realization as Church of the Poor

¹ Presbítero da Diocese de Limeira (SP), Licenciado em Filosofia pela PUC-Campinas (SP) e Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália). É docente de Teologia Sistemática e Diretor do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas (SP). É professor convidado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Teologia da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e assessor da Escola de Teologia da Diocese de Limeira (SP).

on the perspective of the Liberation Theology. This objective is justified by the fact that this model of Church, propitiates a bigger participation in the ecclesiastical decisions, a bigger incidence of the Church in the society and a bigger Christian compromise with the Kingdom of God, which emerges in History.

Key-Words: Council, Vatican, Church.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é teorizar sobre a eclesiologia de comunhão presente no Concílio Vaticano II e sua realização como Igreja dos pobres na perspectiva teológica da libertação. Justifica-se esse objetivo pelo fato desse modelo de Igreja, propiciar maior participação nas decisões eclesiais, maior incidência da Igreja na sociedade e maior compromisso cristão com o Reino de Deus que irrompe na história. Trata-se de um modelo emergente em um concílio que se constitui em um paradoxo articulador entre o ápice de um movimento social e eclesial renovador e o início de um novo período para Igreja, marcado pela sensibilidade aos *sinais dos tempos*. Estes são aquelas manifestações de Deus na história, chamando os seres humanos à realização do seu Reino de alegria, de amor, de justiça e de paz.

A eclesiologia subjacente ao Concílio abriu uma nova esperança para a Igreja, dado que as palavras *aggiornamento* e diálogo foram chaves para o desenvolvimento do espírito conciliar e de todo o processo de maior inserção da Igreja no mundo e do cumprimento de sua missão. Importante foi sem dúvida a incidência da eclesiologia conciliar nos diferentes contextos continentais, especialmente na América Latina, formulando assim, a eclesiologia da libertação. Trata-se de um complexo teológico sobre a Igreja efetuado na perspectiva da libertação, cuja epistemologia é marcada pela articulação entre fé e práxis histórica de libertação. Assim, os pobres não se constituem em um tema da teologia, mas em perspectiva compreendia como uma luz que ilumina toda a reflexão teológica. Neste sentido, é possível afirmar a veracidade da Igreja dos pobres que emerge como um modelo eclesiológico pretensioso de afirmar a fidelidade da Igreja ao próprio Deus, servindo com eficácia o seu Reino.

Para atingir o objetivo proposto e seus desdobramentos, foram levantados os elementos contextuais do Concílio Vaticano II a fim de apontar as razões de sua formulação eclesiológicas e suas conseqüências históricas e teológicas.

Em seguida, foram desenvolvidas a eclesiologia de comunhão e a Igreja dos pobres, como elementos de interpenetração e pertencentes ao mesmo fenômeno de tornar a Igreja cada mais crível no mundo de hoje. Com isso, espera-se que esta reflexão teológica realce a esperança da construção do grande sonho do Reino de Deus: a edificação de um mundo de irmãos, de uma Igreja verdadeiramente comunitária, de uma humanidade nova, verdadeira família de Deus.

2. ELEMENTOS CONTEXTUAIS DO CONCÍLIO VATICANO II²

O Concílio Vaticano II é um evento eclesial de cunho teológico e pastoral, desenvolvido na perspectiva de uma teologia do mistério que aponta para um clima de comunhão presente na inserção da Igreja no mundo, no ecumenismo, no diálogo inter-religioso, na edificação dos ministérios e de todas as formas de realização de um convívio fraterno e participativo. Esse Concílio, porém, não foi um acontecimento repentino na vida Igreja. Ele é um fruto de um processo histórico, cujo marco inicial é o Concílio Vaticano I, seguido do papado de Leão XIII que assumiu uma doutrina social da Igreja, da crise modernista, de um posicionamento social e teológico dos Papas em relação às duas guerras mundiais, da renovação teológica tanto no nível católico como nível não católico, da emergência do movimento litúrgico, do movimento bíblico, da renovação pastoral, especialmente com a criação da Ação Católica, da marca de governo dos Papas do século XX, especialmente João XXIII, aquele que convocou o Concílio Vaticano II e da recepção criativa pelos cristãos e também pelos não cristãos antes, durante e após o evento conciliar.

O Concílio Vaticano I foi evento paradoxal que estabeleceu um limite entre o clima de combate da Igreja à Modernidade e abriu um novo clima – ainda que sob muitas tensões – realizado na relação dialética entre fé e razão, na abertura à possibilidade do conhecimento natural de Deus sem aderir ao naturalismo e ao racionalismo, na exaltação da fé sem aderir ao fideísmo, no

² BOF, G., *Teologia católica. Dois mil anos de história, de idéias, de personagens*, São Paulo, Paulus 1996, pp. 189-221; FISICHELLA, R., ed., *Storia della Teologia (III)*, Dehoniane, Bologna 1996, pp. 337-598; VILANOVA, E., *Historia de la teologia cristiana (III)*, *Siglos XVIII, XIX, XX*, Herder, Barcelona 1992, pp. 567-906; SESBOÛE, B. – THEOBALD, C., *Histoire des dogmes (IV). La Parole du Salut*, Desclée 1996, pp. 259-471; GIBELLINI, R., *La teologia del XX secolo*, Queriniana, Brescia 1990, pp. 161-296

reconhecimento de uma infalibilidade *ex cathedra* do Papa³. Dessa forma, o projeto inteiro de Pio IX em efetuar um processo de restauração culminando na infalibilidade pessoal do Papa, passou por tensões, as quais propiciaram que o Concílio Vaticano I, já em seus esquemas não fosse um evento de apologética fechada, mas propiciasse maior abertura da Igreja a todo movimento histórico da época⁴. O Papa Leão XIII, por sua vez, demonstrou maior espírito de compreensão do mundo moderno, fazendo com o neotomismo fosse assumido como a vestimenta teológica de toda a Igreja, considerando o caráter especulativo de um conhecimento que busca atingir efetivamente a verdade. Esse Papa reconheceu a necessidade da Igreja assumir uma posição diante de tantas injustiças e atrocidades que aconteciam no mundo, particularmente relativos ao mundo operário. Com isso, sua carta encíclica *Rerum Novarum*⁵ foi demonstração de que se iniciava um novo processo na Igreja em sua relação com o mundo, não mais meramente marcado pelo rechaço mas pela aproximação gradual denotativa da realização da missão da Igreja. Ademais, ele não manifestou medo em relação à nova exegese que surgia no meio protestante, a *História das Formas*, apresentando sinais de que também a exegese católica tinha necessidade de renovar-se⁶. Embora, houvesse clima favorável à abertura, a crise modernista denotou inúmeras tensões em aspectos e temas teológicos que já estavam presentes no século XIX – racionalismo, fideísmo, naturalismo, panteísmo –. Por isso, não faltaram os esforços para afirmar a imutabilidade da doutrina da revelação e o caráter sobrenatural da Igreja, pretendendo colocar fim à idéia de uma equivalência entre o poder civil e o poder religioso católico⁷.

O século XX é um período de efervescência do debate teológico. Sentia-se a necessidade de buscar fidelidade ao evangelho, refletindo teologicamente sobre relação da Igreja com o mundo, a doutrina da revelação, os modos da Igreja conduzir a sua pastoral e de celebrar o mistério de Cristo. Assim sendo, há um movimento teológico intenso no âmbito católico, precedido da intensidade

³ CONCÍLIO VATICANO I, Constitutio dogmática *Dei Filius* de fide catholica, DZ 3000-3045; ID., Constitutio dogmática I *Pastor aeternus* de Ecclesia Christi, DZ 3050-3075.

⁴ BETTI, U., *De Doctrina Concilii Vaticani Primi. Studia selecta annis 1948-1964. Scripta denuo edita cum centesimus annus completeretur ab eodem incoato Concilio*, Libreria Editrice Vaticana, Città Del Vaticano 1969.

⁵ LEÃO XIII, Carta encíclica *Rerum Novarum*, AAS 23 (1890-1891), pp. 641-670.

⁶ LEÃO XIII, Carta encíclica *Aeterni patris*, DZ 3135-3140

⁷ SANTO OFÍCIO, Decreto *Lamentabili sane exitu*, DZ 34103466; PIO X, Carta encíclica *Pascendi dominici gregis*, DZ 3475-3500, escrita aos 08 de setembro de 1907.

das teologias protestantes que levantaram uma enorme preocupação relacionada ao conceito revelação, à cultura em sua qualidade de canal da revelação, à atuação eficaz da Palavra de Deus na história, à afirmação catafática de Deus em meios às injustiças e violência.

No âmbito protestante, o movimento teológico é intenso. A teologia do profundo, formulada por Paul Tillich, tinha por objetivo demonstrar que a verdade (*Wahrheit*) encontra-se no Profundo (*Tiefe*) existencial do ser humano nos níveis individual e coletivo. A verdade é mistura dos contrários existenciais: alegria-tristeza, saúde-doença, tragédia-esperança, morte-vida. Ao viver autenticamente sua vida na perspectiva do Profundo, experimentado mediante uma cultura determinada, o ser humano encontra-se com o Absoluto Profundo: Deus. Este é a verdade encontrada no Profundo existencial do ser humano⁸. A teologia da Palavra de Karl Barth parte do princípio da *solo scriptura* e chega à afirmação positiva da Palavra de Deus apresentada nas palavras humanas. A teologia da Palavra é uma teologia dialética à medida que explicita e testemunha publicamente o potencial da Palavra revelada aos seres humanos na própria história humana⁹. A teologia querigmática de Rudolf Bultmann, objetivava compreender hermeneuticamente a fé. Partindo da primazia da fé – afirmação do princípio *solo fides* – esse teólogo preocupava-se com a correta interpretação da fé e, para isso, elabora um projeto de demitologização através de uma hermenêutica existencial marcada por uma pré-compreensão da fé, capaz de penetrar na história e encontrar nela o seu sentido vital. Segue-se então, que a revelação é fundamentalmente desenvolvida no *Kerygma*, que, através de uma pregação, torna crível a Revelação que *hic et nunc* alcança os seres humanos na sua consciência, convidando-os à escolha decisiva da fé¹⁰. A teologia da história ou escatologia histórica de Oscar Cüllmann, pretendia apresentar uma visão unitária da história da salvação, por meio da afirmação da soberania de Cristo. Para isso, o autor supera o dualismo que dividia a história em sagrada e profana, elimina a idéia de que escatologia é correspondente às realidades últimas meramente e, apresenta uma visão unitária de história, na qual se efetivam a graça e o pecado, a salvação e a perdição, mas com a preponderância

⁸ TILlich, P., *Teologia sistemática*, Sinodal – Paulinas, São Leopoldo (RS) – São Paulo (SP) 1984.

⁹ BARTH, K., *Die kirchliche Dogmatik*, EVZ-Verlag, Zürich (I-XIII)

¹⁰ BULTMANN, R., *Credere e comprehendere*, Queriniiana, Brescia 1977 (edição integral dos quatro volumes publicados no original em alemão nos de 1993, 1952, 1960 e 1965).

das duas primeiras categorias¹¹.

A renovação da teologia católica encontrou sua grande desenvoltura no movimento *Nouvelle Théologie* e na Teologia Transcendental. O primeiro corresponde às escolas teológicas de Lyon dos jesuítas e de Saulchoir dos dominicanos. Na escola jesuítica destacaram-se os teólogos Jean Daniélou e Henri De Lubac, enquanto que na escola dominicana destacaram-se Yves Congar e Dominique Chenu. Na verdade, esses teólogos formularam uma teologia da história, articulando fé e história, com primazia da fé e da revelação e compreendendo que o sobrenatural de Deus encontra-se presente no tempo e no espaço vivenciados pelos seres humanos. Utilizando-se de uma filosofia de "retorno às fontes", elaboraram estudos sobre a bíblia e apropriaram-se das fontes patrísticas e de toda tradição teológica e eclesial, contribuindo na boa articulação entre Escritura e Tradição, na formulação de uma Eclesiologia ecumênica, na elaboração de uma teologia do acabamento a partir da proximidade com as religiões não cristãs, na construção de uma argumentação teológica de perspectiva histórica, no desenvolvimento de uma teologia do trabalho que apresenta a necessária incidência da fé na práxis histórica¹².

O movimento da Teologia da Transcendental tem sua origem na teologia do mistério de Hugo Rahner que conseguiu relacionar *mysterion* e *sacramentum*, apontando para a revelação do mistério *absconditus* de Deus. Neste sentido, não há teologicamente a necessária equivalência mistério e segredo, mas a articulação entre o dado escondido e o dado revelado na constituição do próprio mistério. Nesta dialética, o mistério de Deus é apresentado no desdobramento do mistério do ser humano, do mundo e da Igreja. A partir da teologia do mistério, Karl Rahner iniciou e bem desenvolveu a teologia transcendental ao longo de todo o seu ministério teológico, cujo método foi criado para responder aos desafios atuais do mundo: o pluralismo cultural, o advento da subjetividade humana e a necessidade da teologia incidir eficazmente na história. Partindo

¹¹ CÜLLMANN, O., Cristo e il tempo. La concezione del tempo e della storia nel cristianesimo primitivo, Il Mulino, Bologna 1965.

¹² CHENU, D., La Parole de Dieu (I). L'évangile dans les temps, Cerf, Paris 1964; ID., La Parole de Dieu (II). La foi dans l'intelligence, Cerf, Paris 1964. CONGAR, Y., Chrétiens desunies. Principes d'un oecuménisme catholique, Cerf, Paris 1937; ID., La Tradition et la vie de l'Eglise, Cerf, Paris 1963; DE LUBAC, H., Histoire et Esprit. L'intelligence de l'Écriture d'après Origène, Aubier, Paris 1950; ID., Exégèse Médiévale. Les quatre sens de l'Écriture, Aubier, Paris 1959; DANIELOU, J., Essai sur le mystère de l'histoire. La sphère et la croix, Cerf, Paris 1953.

do pressuposto de que o mundo moderno é antropocêntrico, este teólogo afirma a responsabilidade humana no ato da revelação. É uma proposta que parte da auto-experiência humana como interrogação à autenticidade da verdade cristã, por meio da abertura humana às ações de Deus. O método parte da dinâmica entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido, cuja relação é transcendental à medida que conduz o ser humano às verdades vindas de Deus mesmo. O transcendental é a condição da possibilidade e, enquanto estrutura do espírito finito no mundo, é estrutura *a priori* do espírito humano. Este se abre à diversidade experimental da própria transcendência. Na teologia transcendental, o sujeito humano é fundamental à medida que ele possui pressupostos de conhecimento da revelação e por isso, é um ascultor da Palavra que se abre transcendentemente ao conhecimento do Deus revelado por amor, assumindo sua responsabilidade na efetividade da graça divina. O método transcendental tem a função de provocar o confronto entre a objetividade da revelação e a subjetividade humana aberta ao Deus amor que se pretende ser conhecido pelo ser humano. Trata-se de um método que efetiva a distinção entre revelação categorial e revelação transcendental, entre aquilo que já foi compreendido como salvação na história e aquilo que ainda está por cumprir e já está concretizado no devir de Deus¹³.

No nível do Magistério eclesiástico, três aspectos são extremamente relevantes no processo de renovação da Igreja. O primeiro é o desenvolvimento da doutrina social da Igreja que havia se iniciado com o Papa Leão XIII, teve sua recepção acentuada em Pio XI¹⁴, em Pio XII¹⁵ e em João XXIII¹⁶. Foram consolidados os temas do direito à propriedade, da política do bem comum, do direito ao trabalho, da justiça e da paz. Assim, a Igreja mostrava em sua doutrina social, a forte incidência da fé na história e o compromisso da Igreja com o Reino de Deus na história. O segundo é referente à renovação bíblica, acolhendo a história das formas e consolidando o método histórico-crítico que permitia ler o texto bíblico, buscando compreendo o contexto em que foi

¹³ RAHNER, K., *Schriften zur Theologie (I)*, Benziger, Einsiedeln 1954.

¹⁴ PIO XI, *Litterae encyclicae Quadragesimo anno*, AAS 23 (1931), pp. 177-228.

¹⁵ PIO XII, *Radiomessaggio La solennità della Pentecoste nel 50° anniversario della lettera enciclica "Rerum Novarum" di Leone XIII*, AAS 33 (1941), pp. 195-205

¹⁶ JOÃO XXIII, Carta enciclica *Mater et magistra*, AAS 53 (1961), pp. 401-464; ID., carta enciclica *Pacem in Terris*, AAS 55 (1963), pp. 257-304.

¹⁷ PIO XII, *Litterae encyclicae Divino Afflante Spiritu*, AAS 35 (1943) 297-325.

escrito. Com isso, admitiu-se que a Bíblia era constituída de gêneros literários, de historicidade contextual que envolvia personagens e povos e já se aludia à necessidade de retomar a intuição antiga de articulação entre letra e espírito¹⁷. O terceiro corresponde ao ensinamento fundamental e dogmático da Igreja. Embora resistente a uma profunda renovação nesse campo, o Magistério eclesiástico não deixou de admitir a importância da pesquisa teológica para o próprio cumprimento da missão da Igreja. Formulou-se também gradualmente um conceito mais dinâmico de Revelação. Desse conceito emergiu a teoria da Igreja como Corpo Místico de Cristo, fundamental à compreensão da eclesiologia de comunhão. Com isso, exaltou-se o caráter complexo e transcendental da Igreja sem tolher sua historicidade. O caráter místico da Igreja acentua a continuidade que a Igreja dá à obra redentora de Cristo, sua sacramentalidade, sua estrutura ministerial, sua iluminação realização pelo Espírito Santo, sua identidade específica enquanto Corpo de Cristo e sua profunda ligação com as virtudes teologais, sendo assim, Igreja de fé, de esperança e de caridade¹⁸.

A compreensão da eclesiologia de comunhão presente no Concílio Vaticano II, exige recordar também dos Papas João XXIII e Paulo VI. O primeiro, convocou, iniciou e morreu durante o Concílio, mas trouxe uma enorme esperança de que a reforma da Igreja teria de ser mediada pelo diálogo com o mundo moderno. O segundo, ao assumir o Pontificado no intervalo entre o primeiro e o segundo período do Concílio teve a coragem de dar continuidade ao evento aberto por seu antecessor com uma determinação profunda, para definitivamente atualizar a Igreja no mundo.

João XXIII teve uma atitude de profunda intuição e coragem ao convocar o Concílio Vaticano II e dar-lhe uma conotação ecumênica e pastoral. Ele afirmou ser o objetivo do Concílio visualizar um horizonte vasto e empenhativo, inédito na história da Igreja: a renovação geral da vida cristã, superando as formas obsoletas e contraproducentes em função de um testemunho fiel do evangelho. Por meio das provocações da história, Deus chamava a uma *restauratio et renovatio universalis Ecclesiae*, sendo o Concílio o evento chave fundamental

para realizar essa intenção¹⁹. A simplicidade e a humildade do Papa João XXIII suscitaram um profundo realismo do Concílio Vaticano II ser um evento pastoral, capaz de colocar a Igreja em profundo diálogo com o mundo, sendo ela uma presença sacramental de salvação universal. Essa intuição de João XXIII, levou-o a afirmar que o Concílio iria se preocupar com as questões fundamentais da humanidade e daria uma atenção especial aos pobres, e estaria totalmente voltada ao diálogo com o mundo moderno²⁰.

Paulo VI vinha de uma acentuada formação diplomática e de uma profunda intuição pastoral, assumiu o Pontificado no intervalo entre o primeiro e o segundo período do Concílio. Naquele momento, nenhum documento conciliar, havia ainda sido aprovado pela Assembléia, tendo sido salientado alguns problemas teológicos em relação à Igreja. Ao escrever sua carta encíclica *Ecclesiam Suam*²¹, Paulo VI determinou as linhas fundamentais da eclesiologia conciliar, trazendo à tona uma eclesiologia de comunhão que permaneceu no concílio. Sua contribuição fundamental é referente à incidência do mistério de Deus na vida da Igreja e na vida da humanidade. Partindo da experiência intuitiva da fé na unidade da Trindade, urge a compreensão da essência da Igreja, de sua renovação e de sua inserção no mundo, com espírito ecumênico para cumprir a missão de reunir o gênero humano. Daí sua grande preocupação em não apenas escutar o mundo, mas também pronunciar uma palavra ao mundo capaz de promover a justiça, a unidade e a paz. Apresentava-se assim, a necessidade de se instaurar um autêntico *dialogus salutis*, no qual a Igreja anuncia a salvação divina inserindo-se no mundo e fazendo-se palavra e mensagem salvífica para os povos. Além dessa contribuição, Paulo VI foi importante na condução dos trabalhos do Concílio e no seu término, abrindo as portas da Igreja para o mundo e estimulando toda a humanidade a colocar em prática os ensinamentos desse Concílio²².

Os elementos que estão no contexto do Concílio Vaticano II propiciam compreender que o evento conciliar é fruto de um processo histórico denotativo da emergência de vários movimentos de renovação teológica, pastoral e eclesial,

¹⁷ PIO XII, *Litterae encyclicae Mystici Corporis*, AAS 35(1943), pp. 193-248; ID., *Litterae encyclicae Mediator Dei*, AAS 39 (1947) 521-600; ID., Carta encíclica *Humani Generis*, AAS 42 (195) 561-578.

¹⁸ JOÃO XXIII, Constituição apostólica *Humanae salutis*, AAS 54 (1962), pp. 5-13.

¹⁹ JOÃO XXIII, Radiomessaggio *La grande aspettazione*, AAS 54 (1962), pp. 678-685; ID., *Allocutio Gaudet Mater Ecclesia*, AAS 54 (1962), pp. 786-795.

²⁰ PAULO VI, *Litterae encyclicae Ecclesiam Suam*, AAS 56 (1964) 609-659

²¹ PAULO VI, *Allocutio Salvete fratres*, AAS 55(1963), pp. 841-859; ID., *Allocutio Tempus iam advenit*, AAS 56 (1964), pp. 31-40; ID., *Allocutio In signo Sanctae Crucis*, AAS 56(1964), pp. 805-816; ID., *Allocutio Post duos menses*, AAS 56 (1964), pp. 1007-1018; ID., *Litterae encyclicae Ecclesiam Suam*, AAS 56 (1964) 609-659; ID., *Allocutio In hoc laetamur*, AAS 57 (1965), pp. 794-805; ID., *Omelia Ascolterete tra poço*, AAS 58 (1966), pp. 5-8.

cuja seriedade das reflexões deram consistência fundamental à teologia conciliar. Assim, a eclesiologia de comunhão subjacente ao Concílio surgiu desse processo e manifestou um consenso eclesial que incidiu na confirmação da missão da Igreja em reunir todo o gênero humano.

3. O MISTÉRIO DA IGREJA CONCRETIZADO COMO POVO DE DEUS

A compreensão teológica do mistério da Igreja no Concílio Vaticano II, não se esgota na constituição dogmática *Lumen Gentium*²³, mas está presente também, de alguma maneira, nos outros documentos. No entanto, a estrutura da eclesiologia de comunhão está descrita na referida constituição dogmática. Assim, essa eclesiologia parte da teologia do mistério, concretizado na categoria Povo de Deus, na ministerialidade da Igreja, na santidade eclesial, na índole escatológica da Igreja e na Mariologia como um tratado de conclusão da teologia sobre a Igreja.

O ponto de partida da eclesiologia de comunhão é o conceito Mistério, o qual não identifica plenamente com o termo segredo, mas com sacramento. Mistério é indubitavelmente, o amor de Deus revelado plenamente em Jesus Cristo, à luz do Espírito, por desígnio do Pai, cabendo à Igreja ser, em Cristo, sacramento da união entre Deus e a humanidade. O mistério é então, o amor de Deus *absconditus et revelatus* e, por ser de Deus, é um mistério trinitário. A Trindade é Deus compreendido em sua substancialidade única e nas Pessoas divinas – O Pai, o Filho e o Espírito Santo – que se relacionam pericoreticamente, interpenetrando-se umas nas outras e estabelecendo-se assim um mistério abissal de comunhão. As relações intersubjetivas das Pessoas divinas não escondem a identidade peculiar de cada Pessoa, imbuída de sua peculiar propriedade e de sua missão. No entanto, as Pessoas divinas experimentam a solidão. Elas estão sempre em comunhão, ainda que tenha apropriações específicas e ação missionária determinada a cada uma. Assim, O Pai é a origem sem origem, o princípio sem princípio, Aquele que gera o Filho e é criador do mundo; o Filho é gerado e amado pelo Pai, redentor e salvador por

²³ CONCÍLIO VATICANO II, Constitutio dogmática de ecclesia *Lumen Gentium*, AAS 57 (1965), pp. 5-67.

²⁴ GRESHAKE, G., *Der dreieine Gott: eine trinitarische Theologie*, Herder, Freiburg 1997, pp. 430-501; KEHL, M., *A Igreja. Uma eclesiologia católica*, Loyola, São Paulo 1997, pp. 59-149.

amor ao Pai. O Espírito procede do Pai e do Filho por meio do Filho e santifica toda a humanidade e renovação toda a criação. Na ação de cada Pessoa estão as outras duas vivendo a comunhão trinitária. Esta unidade da Trindade é a inspiração para a edificação de uma Igreja de modelo *communio*, cuja missão é assumida por todos membros, na diversidade de dons, ministérios e serviços²⁴.

O mistério da Igreja está relacionado a cada uma das Pessoas da Trindade. Considerando que o Pai é fonte de tudo, a Igreja decorre do Pai para que todos os seres humanos sejam reunidos nessa mesma Igreja, sacramento de salvação universal. O Filho é a plenitude da revelação do Pai, enviado ao mundo para redimir a humanidade de seus pecados, inaugurando nesta terra o Reino dos céus, o qual já está presente na Igreja que cresce visivelmente no mundo pela potência de Deus. O início e crescimento do Reino estão manifestados na cruz de Cristo, cujo sacrifício é celebrado na eucaristia, sacramento da unidade de todos os cristãos. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho, por meio do Filho, foi dado à Igreja para santificá-la de modo permanente, por Ele é o Espírito da vida, fonte da água que jorra para a vida eterna. Este Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis e lhes dá, na mediação de Cristo, a condição de filhos adotivos. Trata-se de um Espírito que guia a Igreja rumo a toda a verdade, a unifica na comunhão e no serviço, a dirige por meio dos diversos dons hierárquicos e carismáticos, a enriquece pelos seus frutos, a renova e a conduz à união perfeita com Cristo, seu Esposo. Na relação com cada uma das Pessoas divinas e, portanto com a Trindade toda, dado que nenhuma Pessoa vive na solidão, o mistério da Igreja é demonstrado na sua relação com o Reino de Deus. Este foi prometido por Deus, anunciado, testemunhado e personificado em Jesus Cristo, o qual fundou a Igreja, cuja missão é também a de anunciar a testemunhar o Reino de Deus a todos os povos desta terra. Neste sentido, a Igreja passa a ser vista sob diversas imagens: o rebanho de Cristo, o campo e construção de Deus, a Jerusalém celeste e, corpo de Cristo. Os membros desse corpo recebem a vida de Cristo mediante os sacramentos, acolhem os dons do Espírito, desenvolvendo-os na forma de ministérios, visando o bem da *communitas fidelium*. O Espírito que dá os dons aos membros da Igreja é o mesmo que a unifica, tornando-a efetivamente corpo daquele que é a cabeça de sua Igreja: Cristo. Unida a Cristo, a Igreja é uma realidade visível e espiritual, uma realidade complexa,

²⁵ CONCÍLIO VATICANO II, Constitutio dogmática de ecclesia *Lumen Gentium*, nn. 1-9

constituída de um duplo elemento, o humano e o divino. Por isso, torna-se possível afirmar que a Igreja constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste na Igreja na católica, presidida pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, sucessores dos apóstolos. Todos juntos, formam o colégio episcopal, presidido pelo Papa e em espírito colegialidade dirigem a Igreja presente em todo o mundo. No entanto, encontram-se elementos de santificação também fora da Igreja, em outras formulações cristãs, mas que são próprios da Igreja de Cristo e que dão sustentação à unidade católica. Dessa forma, o mistério da Igreja se realiza na história como mistério do amor presente na sacramentalidade salvífica da Igreja, servidora do Reino de Deus²⁵.

O mistério da Igreja realiza na categoria Povo de Deus, a qual denota uma realidade já presente no Povo de Israel, escolhido para ser luz das nações, pelo cumprimento da justiça, do direito e da paz de Deus. Por isso, Israel é um Povo de aliança que, mesmo rompendo com Deus, em função do pecado, não foi abandonado por Deus. Assim sendo, Deus combate os ídolos enviando profetas para denunciar a idolatria e chamar seu povo à conversão, utiliza-se dos acontecimentos históricos, inclusive os catastróficos, para ter seu povo de volta. Por isso, o Messias, também chamado de Filho do Homem é prometido a fim de que a promessa divina seja efetivamente cumprida. O Novo Testamento traz consigo a tradição veterotestamentária e ao afirmar Jesus Cristo como a realização da promessa messiânica de Deus, vê a Igreja como novo Povo de Deus, novo Povo da aliança, peregrino na história, servidor do Reino de Deus. A Igreja que nasceu da cruz de Cristo e da ação inspiradora do Espírito Santo constitui-se no Povo de Deus, portador da salvação universal que, peregrinando neste mundo, caminho rumo ao Reino definitivo. O novo Povo de Deus é um povo todo sacerdotal. Por isso, a partir do único sacerdócio de Cristo é afirmado o sacerdócio comum dos fiéis, recebido pelo sacramento do batismo. Não se trata de um sacerdócio oposto ao sacerdócio ministerial ou hierárquico, mas de complementaridade entre ambos e de participação no sacerdócio de Cristo. Desse sacerdócio decorre o caráter ministerial da Igreja, concretizado na celebração e na vivência dos sacramentos, no convívio fraterno, na proclamação da palavra e no desenvolvimento do *sensus fidelium* participando da função profética de Cristo, testemunhando pelos carismas dados pelo Espírito, o

²⁵ CONCÍLIO VATICANO II, Constitutio dogmática de ecclesia *Lumen Gentium*, nn. 10-12.

evangelho de Cristo através de uma profunda inserção no mundo²⁶.

O Povo de Deus é ... povo unido e universal, dado que todos os seres humanos são chamados a constituir do povo de Deus. Não há exclusividade de um determinado grupo ou nação ou confissão religiosa, mas os povos de todas as nações são chamados à constituição de um único povo de Deus. Por isso, Deus elege um povo para ser seu canal privilegiado da própria revelação de Deus, pelo qual essa mesma revelação irá se realizar junto aos outros povos. Realiza-se desse modo, a índole missionária da Igreja, segundo a lógica da encarnação do Verbo de Deus que, por sua vez, foi também enviado pelo Pai para trazer a esta terra a salvação a toda a humanidade. Afirma-se então, a unidade do povo de Deus dentro da diversidade de povos e suas culturas peculiares, pelas quais o evangelho, de alguma maneira pode ser anunciado e testemunhado. Ademais, há de se considerar o caráter ecumênico da Igreja que supera a posição exclusivista, fundamentada no provérbio *extra ecclesia nulla salus*, de eliminação das igrejas não católicas e das religiões não cristãs. Em relação aos não católicos, há de se buscar meios de convívio fraterno e de efetiva unidade cristã, especialmente pela comunhão na oração e em outros benefícios espirituais, e pela conjunção de propósitos e ações na busca da justiça e da paz. As religiões não cristãs também não devem ser *apriori* abominadas, dado que de alguma maneira elas podem ter sementes do Verbo e podem servir como preparação evangélica a fim de que se produza a vida em abundância²⁷.

A eclesiologia de comunhão acentua o caráter missionário da Igreja que se destina à reunião de todo o gênero humano²⁸. O testemunho da comunhão, no entanto, deve vir da própria estrutura da Igreja. Por isso, a organização ministerial deve corresponder a uma hierarquia que responde aos dons carismáticos do Espírito, por meio de ministérios efetivamente produtores do bem da *communitas fidelium* em sua totalidade. O fundamento à gênese e ao desenvolvimento dos ministérios eclesiais está manifestado nos carismas que o Espírito envia à comunidade cristãs, para que se transformem em ministérios – serviços oriundos dos carismas e reconhecidos pela comunidade – que

²⁷ CONCÍLIO VATICANO II, Constitutio dogmática de ecclesia *Lumen Gentium*, nn. 13-16.

²⁸ CONCÍLIO VATICANO II, Decretum de ac tivate missionali Ecclesiae *Ad Gentes*, AAS 58 (1966), pp. 947-990.

beneficiem a comunidade. Por isso, os bispos, os presbíteros e diáconos, denominados ministros ordenados, cada em seu grau determinado, são chamados a servir a Igreja e ao Reino de Deus em sua condição específica. No exercício de cada ministério ordenado não poderá estar presente a prepotência e a busca constante do poder, mas a humildade necessária para que o serviço seja efetivamente realizado para o bem dos irmãos²⁹. Os leigos exercem o seu sacerdócio comum recebido no batismo. Os ministérios por eles exercidos podem ser de natureza *intra et extra ecclesiam*. Assim, os serviços dos leigos prestados dentro e fora da Igreja e reconhecidos pela comunidade, são legitimamente ministérios. Em nome da fé, devem os leigos não só servir a estrutura interna da Igreja, mas também servir o mundo como membros da Igreja, pessoas de fé³⁰. Neste sentido, a Igreja é uma realidade complexa e misteriosa, mas está no mundo e seu serviço ao Reino de Deus se realiza no mundo³¹.

O serviço da Igreja ao mundo se realiza, antes de tudo, pela sensibilidade da Igreja às angústias, tristezas, dores, alegrias, dádivas e esperanças do mundo, tornando todas essas realidades também suas. A Igreja deverá então, ser capaz de dar-se conta de que seu serviço ao Reino de Deus é um autêntico serviço ao ser humano, situado na história e marcado pela cultura, pela economia, pela política, pelas mudanças sociais, morais, psicológicas e religiosas de seu tempo. Ao mesmo tempo, a Igreja deve perceber os desequilíbrios presentes no mundo contemporâneo, bem como, compreender as interrogações e as aspirações mais profundas da humanidade. A inserção da Igreja no mundo deve afirmar a dignidade do ser humano, proporcionando-lhe a formação da consciência moral, do direito ao trabalho e dos outros direitos constitutivos da vida humana. Deve ainda, levar a Igreja a afirmar a Deus diante da conjuntura do ateísmo e da secularização tão presente na atualidade, sem que isso seja proselitismo, imposição religiosa e, por conseqüência, tolhimento da liberdade religiosa. No diálogo com o ateísmo e com a secularização, mostrar-se-á uma relevância pública do complexo teórico sobre Deus, sem descaracterizar todo

²⁹ CONCÍLIO VATICANO II, *Decretum de pastorali Episcoporum munere in Ecclesia christus dominus*, AAS 58 (1966), pp. 673-696; ID., *Decretum de presbyterorum ministério et vita presbyterorum Oridinis*, AAS 58 (1966), pp. 991-1024.

³⁰ CONCÍLIO VATICANO II, *Decretum de apostolatu laicorum Apostolicam Actuositatem*, AAS 58 (1966), pp. 837-864.

³¹ CONCÍLIO VATICANO II, *Constitutio dogmática de ecclesia Lumen Gentium*, nn. 18-39

o empenho pela elevação da dignidade humana realizada por aqueles setores que não professam a fé religiosa. No entanto, mostrar-se-á que o bem do ser humano, a sua dignidade, a sua liberdade, o seu bem-estar, a sua felicidade têm relação com a questão de Deus. Essa é a razão da encarnação do Verbo de Deus que veio ao mundo, assumindo a condição humana em tudo, exceto no pecado, trabalhando com mãos humanas, pensando com mente humana, agindo com a vontade humana, amando com coração humano. Ele é homem perfeito e a imagem do Deus invisível que restituiu os seres humanos – filhos de Adão – à semelhança com Deus, sofrendo, morrendo e ressuscitando dos mortos. Por tudo isso, a Igreja, inserida no mundo, testemunha do Ressuscitado por excelência, no desenvolvimento de sua missão evangelizadora, deve efetivar um autêntico processo de inculturação do evangelho, promovendo a comunhão entre os povos, o diálogo inter-religioso, o ecumenismo, contribuindo para uma economia de equidade e para uma política participativa, e educando as pessoas rumo à formação de uma consciência humana de evidente discernimento e de compromisso com a vida em sua totalidade³².

4. POVO DE DEUS COMO IGREJA DOS POBRES

A concretização da Igreja com mistério na categoria do Povo de Deus, realizada na perspectiva da atualização do Concílio na América Latina, incide na categoria "Igreja dos Pobres". Trata-se de uma categoria empregada por João XXIII, em uma mensagem de rádio um mês antes da abertura do Concílio Vaticano II, referindo-se à presença da Igreja nos países subdesenvolvidos. Seu sentido original não é exclusivo e nem excludente, mas inclusivo. Na condição de Igreja de todos, a Igreja quer ser Igreja dos pobres, dos menos favorecidos, dos oprimidos, dos que estão por morrer antes do tempo. Essa categoria foi utilizada durante do Concílio, mas a assembléia não levou a cabo, devido à complexidade do evento conciliar, a proposta de formular um complexo teológico a respeito dessa categoria. Por isso, coube ao Paulo VI, a tarefa de desenvolver uma reflexão teológica específica sobre os pobres, visando à eficácia da missão da Igreja no mundo.

³² CONCÍLIO VATICANO II, *Constitutio pastoralis de ecclesia in mundo huius temporis Gaudium et Spes*, AAS 58 (1966), pp. 1025-1115.

A categoria Igreja dos Pobres foi assumida pela teologia da libertação em sua reflexão eclesiológica, a qual vem a ser a concretização contextual da eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II. A Igreja dos Pobres é a efetiva realização histórica da Igreja como sacramento de salvação, dado que se busca recuperar a práxis histórica do próprio de Jesus e torná-la incisiva na práxis eclesial. Ao efetuar tal recuperação, os pobres são assumidos como perspectiva de recepção evangélica do Reino de Deus. Dessa forma, a Igreja dos Pobres se apresenta com base de toda Igreja que deve ser pobre, simples, humildade, segundo a lógica da encarnação do Verbo de Deus. Por isso, a Igreja dos pobres demonstra em sua ação que a fé cristã deve significar algo de real sentido na vida dos pobres. Demonstra ainda que um dos princípios da fé cristã é a libertação dos pobres, na luta contra a opressão, não havendo separação entre fé e religião, fé e política, fé e história. Assim sendo, a Igreja dos pobres é uma Igreja em movimento, semente pequena de um enorme movimento salvífico que irrompe processualmente na história³³.

A Igreja dos Pobres não se confunde com as Comunidades Eclesiais de Base, as quais se constituem no tecido social daquela; um eixo espiritual que dinamiza a totalidade da Igreja dos pobres. Essas comunidades rompem com um sistema de massificação eclesial, de individualismo pastoral e potenciam uma consciência de pertença eclesial e vocação profética para a transformação da história, reestruturando os ministérios hierárquicos e fazendo emergir novos ministérios que realizem a sintonia entre pobres e Igreja. Por isso, elas são o elemento de movimento de toda a Igreja dos pobres³⁴.

As Comunidades Eclesiais de base são comunidades porque produzem uma experiência de fé comunitária por meio do convívio fraterno, pela amizade, pelas decisões tomadas em conjunto e pelo exercício de cor-responsabilidade e também porque estão em comunhão com toda a Igreja, estando a serviço da salvação universal. Elas são de base por dois aspectos. No primeiro, denominado de nível eclesial são formadas fundamentalmente por leigos que exercitam o

³³ BOFF, L., *E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese, a Igreja que nasce da fé do povo*, Vozes, Petrópolis 1986; ID., "CEBs: Que significa novo modo de ser Igreja", REB 49 (1989) 546-562; ELLACURÍA, I., "La Iglesia de los pobres, sacramento histórico de liberación", MysL II, 127-154; ID., *conversión de la Iglesia al Reino de Dios. Para anunciarlo y realizarlo en la historia*, Sal Terrae, Santander 1984.

³⁴ RICHARD, P., *A força espiritual da Igreja dos pobres*, Vozes, São Paulo 1989.

sacerdócio comum e são protagonistas de um processo eclesial autenticamente comunitário. No segundo, caracterizado por nível sócio-histórico, a base é configurada nos pobres, marginalizados historicamente, mas que irrompem com grande força de transformação da realidade histórica. Em seu conjunto, as comunidades eclesiais de base são caracterizadas por sua práxis libertadora diante de qualquer circunstância de opressão. Essas comunidades demonstram a emergência de um novo mais comunitário e participativo de exercer o poder, de uma maneira mais autêntica de politizar a fé, de tornar essa mesma fé mais incisiva na sociedade, de denunciar a pobreza em sua condição de carência de meios e fruto da injustiça, de anunciar a pobreza como modo de viver com maior simplicidade e humildade, de explicitar um protagonismo relevante do leigo apontando para uma Igreja que efetivamente valoriza o sacerdócio comum dos fiéis³⁵.

A Igreja dos pobres enquanto expressão de uma eclesiologia de comunhão atualizada, é verdadeiramente uma Igreja ministerial, sacramental, inculturada, marcada pela solidariedade e martiriológica.

O caráter ministerial da Igreja dos pobres segue a perspectiva do Concílio Vaticano II, ao assumir que os ministérios são frutos dos carismas enviados pelo Espírito. Nesta perspectiva, os ministérios ordenados são desenvolvidos ao lado dos novos ministérios, os quais obedecem à lógica do deslocamento ministerial de cima e de baixo até a base. Assim, não somente os bispos pastores do povo, os presbíteros animadores, coordenadores e celebrantes com os pobres, e os diáconos colaboradores dos bispos no serviço aos pobres em suas comunidades, são apresentados como ministros, mas também os religiosos que desenvolvem a solidariedade junto aos pobres; os teólogos elaboradores de um complexo teórico a partir dos pobres, sem perder a cientificidade e o rigor do discurso, revelando um Deus misericordioso e pleno de bondade; os mestres e professores inseridos em um processo de educação popular; os cientistas sociais que ajudam os pobres a compreender rigorosa e criticamente a realidade; os artistas que auxiliam os pobres na recuperação de seus costumes, tradições, cantos; os comunicadores sociais que servem os

³⁵ AZEVEDO, M., *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*, Loyola, São Paulo 1985; ID., "Comunidades eclesiais de base", MysL I, 245-266; ID., "Comunidades eclesiais de base, entroncamentos de eclesiologias", PerspT 17(1985) 325-341.

pobres através de cartilhas, jornais e espaço em rádio e televisão. Ademais, têm os ministérios de base que são desenvolvidos pelos pobres nos movimentos sociais libertadores – sindicatos, partidos políticos populares, movimento indígena, etc – quando buscam a criação da democracia e de formas autenticamente participativas do poder. Desenvolvem-se ainda como ministério do discernimento bíblico, da palavra catequética, do serviço litúrgico, quando as comunidades efetuam uma leitura popular da bíblia, realizam os sacramentos e os sacramentais, efetuam o diálogo e a ação ecumênica, desenvolvem a conscientização política e o acompanhamento partidário. Esses ministérios lançam a Igreja definitivamente ao mundo para um efetivo serviço libertador favorável à edificação do Reino³⁶.

Os sacramentos na Igreja dos pobres são sinais proféticos do Reino de Deus, porque expressam os sinais privilegiados da iminência do Reino na história. A eficácia dos sacramentos está manifesta em seu caráter memorial – *signum rememorativum* –, demonstrativo, – *signum demonstrativum* –, prospectivo – *signum prognosticum* e pleno – *sacramentum tantum* –. No primeiro, a boa notícia do Reino é anunciada mediante a recordação das maravilhas de salvação efetuadas por Deus. No segundo, o pecado e o anti-reino são denunciados. No terceiro, os horizontes do Reino de Deus anunciam na dimensão histórica e na dimensão escatológica. No quarto, aborda-se a plenitude do Reino de Deus irrompendo na história e apontando como dom escatológico. Na qualidade de sinais proféticos, os sacramentos articulam a práxis com a festa, dado que não se pode celebrar e realizar a doxologia sem que tenha uma prática coerente e competente, verdadeiramente ortoprática. Nesta perspectiva, os sete sacramentos institucionalizados pela Igreja, são redimensionados e vistos à luz da *koinonia* e do compromisso coma práxis histórica libertadora³⁷.

A Igreja dos pobres assume que a evangelização, enquanto anúncio e testemunho da boa notícia do Reino de Deus, deve ser inculturada. Isto significa que a evangelização jamais deverá prescindir da historicidade e da cultura, na qual o evangelho é anunciado, dado que o próprio evangelho chegou aos seres humanos mediante a história e a cultura. Esta é a lógica da encarnação: o

³⁶ PARRA, A., "Ministérios laicales", MysL I, 319-344; ID., *Os ministérios na Igreja dos pobres*, Vozes, São Paulo 1991.

³⁷ CODINA, V., "Sacramentos", MysL II, pp. 267-294; TABORDA, F., *Sacramentos, práxis e festa. Para uma teologia latino-americana dos sacramentos*, Vozes, Petrópolis 1987.

Verbo de Deus assumiu no tempo e no espaço, a cultura humana, dentro de uma cultura determinada e, a partir dela, explícita o caráter universal da salvação de Deus. Por inculturação, entende-se o processo permanente em que o Evangelho é levado a falar em determinada situação social, política, religiosa e cultural, de tal forma que ele não só se expresse, com elementos dessa situação, mas se torne sua força de inspiração, determinação e transformação. Por isso, a evangelização inculturada deverá considerar a alteridade do interlocutor do evangelizador: sua identidade específica, seu apelo a um relacionamento aberto e sincero. Isso implica a emergência de uma estrutura dialogal entre o anunciante e o receptor do Evangelho, marcada pela atitude de escuta e de pronúncia nos momentos oportunos, provenientes do respeito, da reciprocidade e da responsabilidade. Implica ainda interação entre fé e cultura sem que ambas deixem de ter sua determinada autonomia, dado que nenhuma expressão de fé é efetuada sem a cultura e nenhuma cultura transmite o evangelho sem o impulso da fé. A abertura à ação do Espírito no interior do processo de uma evangelização inculturada será sempre necessária. Trata-se de uma abertura à novidade, ao inimaginável, à criatividade, à ruptura com a inércia e a estagnação, e a articulação com a possibilidade de mudança. Edifica-se uma evangelização toda pneumatificada, permeada pelo Espírito santificador e vivificador, capaz de promover a figura de Cristo penetrando as culturas como autêntica boa notícia para todos os povos³⁸.

A Igreja dos pobres é profundamente uma Igreja de comunhão, cuja veracidade na qualidade de Igreja de Jesus, está no fato de empenhar-se para que a justiça seja efetivada, de ser capaz de impulsionar a solidariedade à causa dos crucificados desta história, daqueles que experimentam a morte prematuramente. A comunhão se realiza então, na solidariedade com os pobres que gritam de dor e clamam por esperança. Por meio da solidariedade, a Igreja se defronta com os ídolos da morte e realiza a solidariedade combatendo a anti-solidariedade ativa dos ídolos da morte. Essa solidariedade pode culminar

³⁸ SUESS, "Inculturación", MysL II, 377-422; ID., "Cultura e religião", REB 49 (1989) 778-798; RAMON MORENO, J., "Evangelización", MysL II, 155-174; GONÇALVES, P.S.L., "Cristianismo hoje e amanhã: fé e cultura", in BINGEMER, M.C. – ANDRADE, P.F.C., ed., *O mistério e a história. Ensaios de teologia em homenagem ao Pe. Félix Pastor por ocasião dos seus 70 anos*, Loyola, São Paulo 173-205.

³⁹ LIMÓN, J., "Sufrimiento, muerte, cruz y martirio", MysL II, 477-494; SOBRINO, J., "Comunión, conflicto y solidaridad eclesial", MysL II, 217-244.

na perseguição e no martírio. O mártir é aquele que se entrega pela causa do Reino; sua vida é sacrificada para denunciar o anti-reino e para anunciar um vasto horizonte de esperança. Os mártires cristãos exprimem o radical seguimento a Jesus e sua vida é entregue por amor à promoção da vida em abundância³⁹.

CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho impõe-se a necessidade de suscitar alguns elementos conclusivos tendo em vista verificar o alcance do objetivo pretendido. Após a introdução que apontou o objetivo e os pontos que seriam desenvolvidos, foram levantados os elementos fundamentais do contexto em que o Concílio Vaticano II, portador da eclesiologia de comunhão, foi gestado, seguidos do desenvolvimento teológico do mistério da Igreja concretizado na categoria Povo de Deus e em seu desdobramento na condição de Igreja dos pobres, concebida na perspectiva da teologia da libertação.

O Concílio Vaticano II é o grande portador da eclesiologia de comunhão. O contexto do seu nascimento é marcado pela articulação entre fé e razão consolidada no Concílio Vaticano I, pela afirmação do neotomismo e de sua incidência social a partir de Leão XIII, pelos conflitos provenientes na crise modernista, pelo desenvolvimento da doutrina do magistério eclesiástico nos níveis social, bíblico e dogmático, pela renovação teológica oriunda dos teólogos protestantes e dos teólogos católicos que ocasionaram um movimento de retorno às fontes, pela renovação pastoral estimuladora de um cristianismo mais incisivo na sociedade, pela renovação litúrgica provocada pelo surgimento da teologia do mistério e pela figura carismática de João XXIII e pela liderança e firmeza de Paulo VI. Assim sendo, a eclesiologia de comunhão é um fruto de um processo histórico que encadeia diversos elementos constituintes de um espírito de *koiononia* eclesial e de *diakonia* da Igreja ao mundo.

A consistência da eclesiologia de comunhão está na afirmação do mistério da Igreja, visto como um mistério *absconditus et revelatus*. Assim, a Igreja surge do mistério trinitário, revelado pelo Filho, na ação do Espírito Santo. A concretização deste mistério ocorre na categoria Povo de Deus; um povo que peregrina na história denunciando o anti-reino e anunciando o reino de Deus, imbuído de índole escatológica, constituído de uma diversidade de dons e de ministérios, todos voltados à elevação do bem da *communitas fidelium*. A ação

deste povo implica a unidade dos cristãos, o diálogo com as religiões não cristãs e a profunda inserção da Igreja no mundo para reunir todo o gênero humano.

Dentro do espírito do Concílio Vaticano II estão as teologias contextuais, cuja pretensão é articular o *auditus fidei* com o *intellectus fidei*, elementos intrínsecos à teologia, na perspectiva dos pobres situados em um contexto histórico e geográfico determinado. Assim, a eclesiologia da libertação assimilou a eclesiologia de comunhão do Concílio, apropriando-se da categoria Igreja dos pobres, criada por João XXIII. A Igreja dos pobres é o sacramento histórico da salvação, porque se organiza, na perspectiva dos pobres, para contribuir no processo de libertação. Ela tem as Comunidades Eclesiais de Base como seu tecido social, como espírito de uma Igreja participativa, de convívio fraterno, de desenvolvimento da solidariedade e empenhada na transformação social e na libertação dos pobres do sistema de opressão. Com esse espírito de *koinonia* e de *diakonia*, a Igreja dos pobres redimensiona os ministérios ordenados e os não ordenados, e cria novos ministérios de base que demonstram o serviço da Igreja ao Reino neste mundo; os sacramentos são compreendidos como sinais proféticos do Reino de Deus que articulam práxis e festa e dão um novo sentido aos sete sacramentos da Igreja, aproximando-os mais da lógica do seguimento de Jesus; efetuam uma evangelização autenticamente inculturada capaz de produzir efetivamente, por meio do diálogo, da alteridade e da abertura ao Espírito, a boa notícia do Reino. A veracidade da Igreja dos pobres passa pela sua capacidade de estimular seus membros à prática da solidariedade para com os sofredores e, por consequência a assumir o martírio em *potentia* ou em *acto*. Assim, o martírio como fruto da solidariedade pelo Reino, é autêntico testemunho de Cristo neste mundo e afirmação do caráter de uma Igreja que tem a exigência de procurar caminhos de libertação coincidentes com a salvação universal do Deus da vida.

Embora a eclesiologia de comunhão desdobrada como Igreja dos pobres tenha sido fruto do Concílio Vaticano II – um evento do *sensus fidelium* de toda a Igreja – não há como negar a existência de tensões, as quais estão presentes em toda a história após o término do Concílio. São tensões referentes à estrutura hierárquica da Igreja, à relação entre Igreja local e Igreja universal, ao nível de autonomia das Conferências Episcopais, ao significado teológico da libertação, à relação entre Igreja e sociedade. No entanto, a eclesiologia de comunhão tem sua maior veracidade na Igreja dos pobres, cuja identidade a

torna um modelo eclesiológico em movimento que convida toda a Igreja a ser simples, humildade e servidora. Não se trata de dar à Igreja um caráter meramente sociológico, mas de assumir social e historicamente os pobres como perspectiva teológica à uma ação pastoral capaz de explicitar a presença da Igreja no mundo como aquela que é dialógica, sensível, compassiva, misericordiosa e sempre atenta aos *sinais dos tempos*, para que o sonho do Reino de Deus seja efetivamente uma realidade no meio dos seres humanos.

Prof. Dr. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Presbítero da Diocese de Limeira (SP), Licenciado em Filosofia pela PUC-Campinas (SP) e Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália). É docente de Teologia Sistemática e Diretor do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas (SP). É professor convidado do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Teologia da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e assessor da Escola de Teologia da Diocese de Limeira (SP).

BIBLIOGRAFIA

- AAS: Acta Apostolicae Sedis
DZ: DENZINGER, H. *Enchiridion Symbolorum: definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*, Dehoniane, Bologna 1985
MysL: SOBRINO, J. – ELLACURÍA, I., ed., *Mysterium Liberationis. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación (I-II)*, Trotta, Madrid 1990.
PerspT: Revista Perspectiva Teológica
REB: Revista Eclesiástica Brasileira